

REQUERIMENTO Nº , DE 2007

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitado ao Senhor Ministro da Justiça informações sobre se existe inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Federal relativamente à atuação das Construtoras OHL Brasil S. A. e Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em nosso País.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por fundamento a preocupação deste parlamentar quanto ao regular emprego de recursos públicos, sempre escassos, haja vista a luta do Governo para aprovar a prorrogação da CPMF.

É que a imprensa traz comentários desfavoráveis à atuação da empresa OHL Espanha S. A., matriz das empresas supramencionadas, segundo o mesmo noticiário. O jornal espanhol *El País*, em sua edição de 24.10.2007, por exemplo, é enfático ao noticiar, referindo-se à OHL: *Todos contra la constructora OHL. ‘Se ha perjudicado a una empresa pública de Cataluña y, sobretudo, a los ciudadanos’, dijo ayer el consejero de Política Territorial, Joaquim Nadal, para justificar que el Gobierno catalán presente una demanda contra la constructora. ‘La empresa debe pagar por los dos meses que la línea estará cerrada’, alegó Victor Morlán, secretario de Estado de Infraestructuras, y José Salgueiro, presente de Renfe, también sopesan demandas de compensación, al margen de exigir a OHL que se haga cargo de los gastos y sobrecostos.*

No mesmo sentido, a *Folha de São Paulo* de hoje, 25.10.2007, noticiou o seguinte:

A OHL, a empresa espanhola que ganhou cinco dos sete trechos de rodovias federais brasileiras concedidos ao setor privado, está nas manchetes de ontem dos jornais espanhóis, mas, ao contrário do que

houve no Brasil, por motivos nada festivos: o Ministério do Fomento a acusa de “inepta” e ameaça tomar medidas judiciais, ao passo que a Generalitat da Catalunha (o governo dessa comunidade no Nordeste da Espanha) já decidiu que irá aos tribunais.

Tudo porque a OHL, responsável pela construção de 1,1 km da linha de trem de alta velocidade (O ave, na sigla em espanhol) que ligará Madri a Barcelona, capital catalã, acabou provocando problemas em outra linha, que serve os subúrbios, e ficará dois meses fora de operações.

Ora, quem não tem idoneidade em sua terra, com mais razão não terá em terra alheia. Se as empresas brasileiras estão sujeitas a diversos tipos de exigências com vistas à certeza do cumprimento de suas obrigações contratuais decorrentes de procedimentos licitatórios, deve-se adotar os mesmos critérios rigorosos com relação a empresas alienígenas.

Sala das Sessões,

Senador MARCONI PERILLO